
BOLETIM JUVENTUDE 2030



Relato	Fórum da Juventude da ECOSOC 2018	3
Segurança cibernética	Discurso de ódio online: como combater?	6
Territorialidade	Território: potencializando Sujeitos; criando os ODS	8
Direito à saúde	A Luta fundamental de Betinho	10

O Programa Embaixadores da Juventude

O **Programa Embaixadores da Juventude** é uma iniciativa lançada em 2016 pelo UNODC, em parceria com o Instituto Caixa Seguradora. Por meio do desenvolvimento de competências pessoais, inter-relacionais e profissionais, além do estímulo ao debate inclusivo e produtivo, o programa fortalece capacidades de liderança e ativismo entre a população jovem.

O Embaixadores da Juventude promove o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas direcionadas à mudança social, almejando, assim, a promoção de comunidades mais sustentáveis, participativas e inclusivas.

O UNODC já formou mais de 70 jovens em Brasília e em Salvador.



Relato

Fórum da Juventude da ECOSOC 2018

Por Daniel Saraiva



Daniel e Lorena foram selecionados pelo UNODC para participarem do Fórum da Juventude da ECOSOC, em janeiro de 2018

Sempre me indaguei sobre como minha formação acadêmica poderia impactar a vida das populações em vulnerabilidade econômica e social que convivem em meio à precariedade das habitações, com a falta de infraestrutura e sem acesso a seus direitos básicos, e como a juventude poderia atuar para transformar estas e outras realidades dos locais onde vivem. Embora a população jovem corresponda a cerca de 16% da população mundial, ainda são poucos os investimentos direcionados a este segmento, fazendo com

que a pobreza, a criminalidade e a falta de empregos decentes para os jovens se perpetuem.

Pensar, propor soluções e promover a ação para garantir melhores condições de vida, assim como para promover comunidades sustentáveis também aos marginalizados nas periferias e zonas rurais das cidades brasileiras é um desafio que me inspira. Decidi, então, seguir minha carreira na área da transformação social a partir da atuação em projetos voluntários para urbanização de favelas. Após a participação no Programa

Embaixadores da Juventude em 2017, decidi utilizar como tema da minha dissertação de mestrado a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6, 7, 11, 12 e 13¹ em um assentamento precário (favela) de Brasília - DF. Nesta pesquisa, utilizei os indicadores destes ODS para avaliar se as políticas públicas de melhoria da infraestrutura urbana feitas no local de fato garantiam o alcance das metas da Agenda 2030.

Em janeiro deste ano tive a oportunidade, juntamente com minha colega Lorena, de representar a juventude brasileira no [ECOSOC Youth Forum 2018](#), realizado na Sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O Fórum é o principal espaço dentro da ONU para que jovens e autoridades de diversos países possam dialogar, aprender e compartilhar ideias sobre temas tangenciais à juventude, como a construção de comunidades urbanas e rurais, sustentáveis e resilientes.

“É urgente a necessidade de promover a ação através de iniciativas, urbanas e rurais, inovadoras que levem em consideração o contexto local de cada região e que garantam o direito a uma cidade ideal e resiliente”

Nesta experiência, pude colocar em prática muito do que aprendi durante minha vida acadêmica, transmitir minhas experiências e refletir sobre os atuais desafios da urbanização de favelas brasileiras, e como isso tem impacto direto na qualidade de vida da população e na diminuição da expectativa de vida da juventude residente nestes locais. Minha área de formação é muito técnica e ter esse conteúdo mais social foi importante para entender melhor todas as dimensões deste tema e como de fato as soluções urbanas precisam ser pensadas e executadas.

Outro ponto positivo observado no Fórum foi a importância do protagonismo das juventudes nos espaços de fala. Em outros es-

paços de decisão, é muito difícil termos voz sem sermos estereotipados como pessoas sem opinião própria e/ou sem experiência. Ter jovens de diferentes nacionalidades tratando de temas comuns, sendo ouvidos e tendo nossas contribuições e anseios colocados em um documento a ser apresentado para os representantes dos Governos na Assembleia Geral da ONU é algo que potencializa o empoderamento da juventude.

Em contraste a esta vantagem, a pouca representatividade dos recortes sociais e de jovens que de fato sofrem com a falta de cidades resilientes e condições urbanas adequadas foi um dos pontos negativos, o que demonstra a importância de iniciativas como o Embaixadores da Juventude para realizar

a inserção de jovens diversos nesses eventos, garantindo uma maior representatividade. O apoio recebido antes, durante e depois do evento também foram primordiais para minha participação.

Uma das *breakout sessions*² que participei foi referente ao ODS 6 (Água Potável e Saneamento). A discussão iniciou abordando a falta de distribuição de água potável e saneamento básico sem dar enfoque às populações vulneráveis. Neste momento, destaquei a necessidade em pensar soluções especialmente direcionadas aos moradores de assentamentos precários. Como resultado das discussões, propusemos a criação de uma plataforma online para que todos os jovens contribuam e troquem experiências e informações deixando a juventude mais preparada e engajada para cobrar soluções mais eficientes e sustentáveis dos Governos.

Durante a *breakout session* da América Latina, foram tratadas as ações que poderiam garantir a participação da juventude e o direito à sustentabilidade urbana e rural. Alguns dos pontos discutidos e propostos foram:

- ◆ *Participação da juventude em consultas públicas;*
- ◆ *Parcerias entre Universidades e Governos na proposição de novas tecnologias;*
- ◆ *Aumento do valor recebido e da quantidade de bolsas para pesquisas lideradas por jovens que sobre temas relacionados à sustentabilidade urbana e rural;*
- ◆ *Criação de empregos decentes valorizando o empreendedorismo e a criatividade da juventude;*
- ◆ *Conectividade e garantia de acesso à tecnologia para todos;*
- ◆ *Aumento da participação da juventude em todos os níveis de poder;*
- ◆ *Governos oferecerem melhores condições de mobilidade aos jovens.*

Junto ao UNODC, organizamos um evento paralelo sobre juventude e mobilidade urbana na América Latina, pela primeira vez com foco nesta região. No tema, discutiu-se sobre a importância da mobilidade sustentável para o desenvolvimento da juventude. O enfoque esteve em como garantir transportes sustentáveis e aspectos como segu-

rança, conforto e acessibilidade através do desenvolvimento tecnológico e das inovações, mas também através de outras alternativas como a utilização e conservação de ciclovias, ciclofaixas, e a criação de calçadas arborizadas para trânsito de pedestres.

A respeito de como avançar a Agenda 2030 e de como engajar a juventude nesse processo, o maior enfoque dado foi para a educação. O maior empoderamento dos jovens dependerá de uma formação em que todos saibam desde a infância sobre cidadania, Agenda 2030 e deveres e direitos a uma cidade ideal e comunidades urbanas e rurais sustentáveis e resilientes.

É urgente a necessidade de promover a ação através de iniciativas, urbanas e rurais, inovadoras que levem em consideração o contexto local de cada região e que garantam o direito a uma cidade ideal e resiliente. Nós, jovens, temos em nossas mãos o poder de realizar parte deste impacto e transformar nossas condições de vida, ajudando a promover o desenvolvimento sustentável em nossas comunidades, cidades e países. ✿



Daniel Saraiva é Graduado em Engenharia Civil e Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Trainee de Gestão Pública do Programa Vetor Brasil alocado como Consultor/Analista de Gestão para implementação da BNCC. É integrante do grupo de pesquisa do LabUrb/UFRJ, estudando o desenvolvimento de projetos urbanos sustentáveis em assentamentos precários a partir dos ODS. Participou da segunda edição do Programa Embaixadores da Juventude, em Brasília.

¹ ODS 06 (Água Potável e Saneamento), ODS 07 (Energia Limpa e Acessível), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

² Nestes espaços, os participantes são subdivididos em grupos menores separados por tópicos ou regiões para promoverem um debate mais interativo e horizontal acerca dos desafios enfrentados em seus países e de como, enquanto grupo, podem engajar-se e cooperar na resolução das questões levantadas.

Segurança cibernética

Discurso de ódio online: como combater?

POR MAYARA DOS REIS

Em março de 2018, na [Operação Bravata](#) da Polícia Federal, uma pessoa foi presa e oito tiveram mandado de busca e apreensão por promoverem ataques a grupos de pessoas negras, mulheres e LGBTs, nas redes sociais. Além de promoverem discursos de ódio contra tais grupos, acredita-se que os suspeitos também estivessem envolvidos em manifestações terroristas, incitação ao estupro e assassinato de mulheres, homossexuais e negros.

[M.V.S.M.](#), que foi preso, já tinha um longo histórico de perseguição e ataques a mulheres. O detido também incentivava pessoas a cometerem estupros e agressões contra negros e homossexuais. [M.V.S.M.](#) foi a primeira pessoa a responder criminalmente por racismo na internet e, anos depois, constatou-se sua responsabilidade diante de um website com conteúdo misógino e de apologia ao estupro.

Ao ver notícias como esta, é normal sentir indignação e se questionar como podem existir pessoas capazes de cometer tais práticas, e ainda fica um questionamento: como se defender dessas pessoas? Como combater esses discursos de ódio e tornar a internet mais segura e diversa?

O Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 16 tem como uma de suas metas para 2030 reduzir significativamente todas as formas de violência, assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais. A implementação dos ODS precisa considerar também o contexto da internet, e suas metas

devem ser usadas para exigir de países e instituições um posicionamento mais rigoroso para combater o discurso de ódio, crimes e ameaças na internet.

A União Europeia [alertou](#) empresas como Facebook, Google, YouTube, Twitter para se empenharem mais para conter a disseminação de conteúdos extremistas. O aumento da pressão dos governos fez com que tais empresas aumentassem significativamente seus recursos dedicados a ajudar a derrubar conteúdos extremistas o mais rápido possível.

A Alemanha possui atualmente uma legislação rígida de regulação das redes sociais, a [Lei NetzDG](#) (Lei de Aplicação na Rede, em tradução livre), em vigor desde janeiro de 2017. A lei obriga as plataformas de internet com mais de dois milhões de usuários a implementarem formas mais eficientes e efetivas de denúncia e exclusão de conteúdos que possam ser considerados ilegais. Outro exemplo de como o tema é tratado no exterior é o caso do [Ministério Público do Reino Unido](#), que desde 2017 trata os crimes de ódio cometidos na internet com os mesmos critérios e rigor dos crimes que acontecem no ambiente fora da internet.

No Brasil, o Comitê Gestor da Internet no Brasil aprovou, em 2009, [10 princípios](#) para a governança e uso da internet no Brasil. Tais princípios foram usados com base para a elaboração do [Marco Civil da Internet](#) (MCI), em vigor desde 2014. O MCI tem como intuito estabelecer princípios, garantia de direitos e deveres para os usuários de internet no Brasil.

A Internet é uma rede mundial, o que torna impossível a regulação da rede por um único

país, e até mesmo a existência de um consenso entre todos os países do mundo para a formulação de uma regulamentação universal. Como consequência, a privacidade e os dados pessoais de seus usuários continuam vulneráveis, reforçando,

assim, a necessidade de iniciativas diversificadas para combater os principais problemas que tanto causam transtornos para os usuários da rede.

O [Centro Feminista de Estudos e Assessoria \(CFEMEA\)](#) é um exemplo. A organização tem o feminismo, os direitos humanos, a democracia e a igualdade racial como marcos políticos e teóricos de seu trabalho. O CFEMEA disponibilizou, em seu site, a [“Guia Prática de Estratégias e Táticas para a Segurança Digital Feminista”](#), com o objetivo de proporcionar às mulheres maior autonomia e segurança na internet. Os conteúdos são voltados para mulheres da América Latina, mulheres: negras, transexuais, lésbicas, ativistas/militantes de movimentos organizados ou que atuam individualmente na rede, sendo de periferias urbanas, rurais, com distintos níveis de acesso à tecnologia nas suas abordagens.

Outra iniciativa que contribui muito para combater o discurso de ódio é a [Safernet](#), que trabalha desde 2005 para promover o uso

“A implementação dos ODS precisa considerar também o contexto da internet, e suas metas devem ser usadas para exigir de países e instituições um posicionamento mais rigoroso para combater o discurso de ódio, crimes e ameaças na internet.”

consciente, livre e seguro da internet. A organização criou e é responsável pela Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, operada em parceria com os Ministérios Públicos e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

(SDH), além do canal HelpLine Brasil, que orienta crianças, adolescentes, pais e educadores em situações de violência em ambientes digitais, como casos de intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais.

Na mesma linha de iniciativa, em junho de 2015 a [UNESCO](#) lançou um estudo sobre como enfrentar discursos de ódio na Internet. O documento “Enfrentando o discurso de ódio online” oferece uma análise abrangente sobre os quadros normativos internacionais, regionais e nacionais, com ênfase nos mecanismos sociais e não regulamentares que podem ajudar a combater a produção, divulgação e impacto das mensagens de ódio online.

Estes são exemplos de formas alternativas para promover a segurança cibernética sem restringir liberdades individuais ou coletivas. Ainda é necessário criar mais grupos que promovam ações neste campo para que, no futuro, a internet se torne um espaço acolhedor para todos. ✨



Mayara Reis é estudante de Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Co-fundadora da Coletiva Caliandra, grupo feminista que atua na Faculdade UnB Planaltina e região. Tem como foco de atuação o empoderamento comunitário por meio de ações de combate à discriminação, à geração de oportunidades para jovens, à economia solidária e à educação ambiental. Participou da segunda edição do Programa Embaixadores da Juventude, em Brasília

Territorialidade

Território: potencializando Sujeitos; criando os ODS

POR RAPHAEL SANDE

Te convido a um exercício de imaginação. Pense que você está em uma Estação Espacial Internacional e que, de lá, observa toda a Terra. Então, um fenômeno raro te puxa da Estação e te traz de volta o local onde reside. Nessa viagem, foram percorridos milhares de quilômetros em poucos segundos, e você pôde olhar de fora até o chegar mais perto do lugar no qual produz a sua vida. Ao fazermos isso, transformamos uma escala global em **escala microsocial**, foco desta breve análise.

A palavra território tem, no latim, a soma de *terri* (terra) e *torium* (pertencente a). Este pensamento associa o território a um espaço delimitado (da forma que vemos em mapas) e controlado por relações de poder¹, que pode ser do Estado, de grandes conglomerados internacionais, ou simplesmente de organizações criminosas. Ou seja, uma noção de território na qual se enfatiza a sua dimensão política.

Milton Santos considera a possibilidade de dividir Territórios em duas categorias: fixos e fluxos. O primeiro trata dos objetos necessários para viver, como casa, bancos, escolas, pontes, ao passo que o segundo refere-se à movimentação e ao sentido atribuídos aos fixos. "Os fixos e fluxos combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social. Fixos e fluxos influem-se mutuamente"². No território, noções/concepções locais e nacionais também se misturam. Ou seja, o território possui uma relação recíproca com as pessoas que o formam, enquanto ele sofre e age sobre as relações nele contidas³.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 (Erradicação da fome e agricultura susten-

tável) tem como objetivo acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Onde você imagina que isso pode ser possível? Pensar no Território enquanto escala microsocial é apropriar-se dos problemas e começar a estabelecer soluções. Quem melhor resolveria os entraves do seu território do que as pessoas que moram nele.

Nesse momento, reconhecemos alguns fatos. O primeiro deles é que cada território tem sua própria característica, isto é, organizam-se de formas diferentes porque são compostos por pessoas diferentes. Cada sujeito traz consigo um conjunto de crenças e valores que definem suas ações, o que é refletido e se faz refletir na cultura local. Trazendo o exemplo do ODS 2, cada local terá uma concepção de como superar este obstáculo que vem a partir das suas concepções.

Casamos, aprendemos matemática, planejamos construções, curamos pessoas, promovemos a saúde, e é no território que tudo acontece. Por isso é importante olhar pela perspectiva dos diferentes saberes e profissões. E como construir cidades, comunidades sustentáveis, qualidade da educação e igualdade de gênero? A resposta pode ser através da promoção da saúde.

Para entender a solução do questionamento anterior, é preciso pensar no conceito de saúde formulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nele é definida como: "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades"⁴. Nesse sentido, tudo é saúde! E inúmeros fatores podem contribuir para não existir a saúde, como condições de vida, cul-

tura e de trabalho, assim como os fatores hereditários.

Para ter saúde, é necessário alcançar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Mas, para produzir saúde, é necessário observar os princípios necessários a tal promoção, como equidade, participação social, autonomia, empoderamento, intersectorialidade e sustentabilidade.

É necessário articular os princípios da promoção da saúde com as estratégias escolhidas para alcançar os ODS. Para isso, deve-se ouvir e conectar de forma afetiva com o território para estimular as participações sociais e, assim, alcançar os resultados desejados. Mudanças somente ocorrerão no território a partir do momento que o entendermos. Para quem não pertence a um determinado território, o planejamento em educação, saúde, logística e/ou políticas para aquele

“É necessário articular os princípios da promoção da saúde com as estratégias escolhidas para alcançar os ODS. Para isso, deve-se ouvir e conectar de forma afetiva com o território para estimular as participações sociais e, assim, alcançar os resultados desejados”

espaço somente acontecerá de forma efetiva se for possível compreender as pessoas que compõem aquele território.

As diversas crises econômicas que acontecem pelo mundo, as diferenças de concentração de renda e condições de vida, o

sentimento de exclusão e a falta das ações do Estado sobre os lugares, trazem para os sujeitos a responsabilidade de criar formas para modificar os significados ao seu entorno. Essas respostas às adversidades precisam de maior atenção e, portanto, faz-se necessário estabelecer parcerias para fortalecer os meios de implementação dos ODS. A reflexão que fica é que talvez ela não parta dos grandes Estados para os territórios e, sim, das unidades mais próximas aos sujeitos até ganhar escalas mais globais. Afinal, para construir um grande edifício é preciso reforçar seus alicerces.



Raphael Santos Sande é formado em Odontologia pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) e especialista em Metodologia e Docência do Ensino Superior. Atualmente faz Residência no Programa Multiprofissional de Saúde do Adulto e do Idoso pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Trabalha com temas que permeiam a Educação e a Saúde com interface no fazer social.

¹ Haesbaert, R. *Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política*. Campo Território - Revista de Geografia agrária, Ed. especial do XXI ENGA-2012, p. 1-17, jun., 2014.

² Santos, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 129.

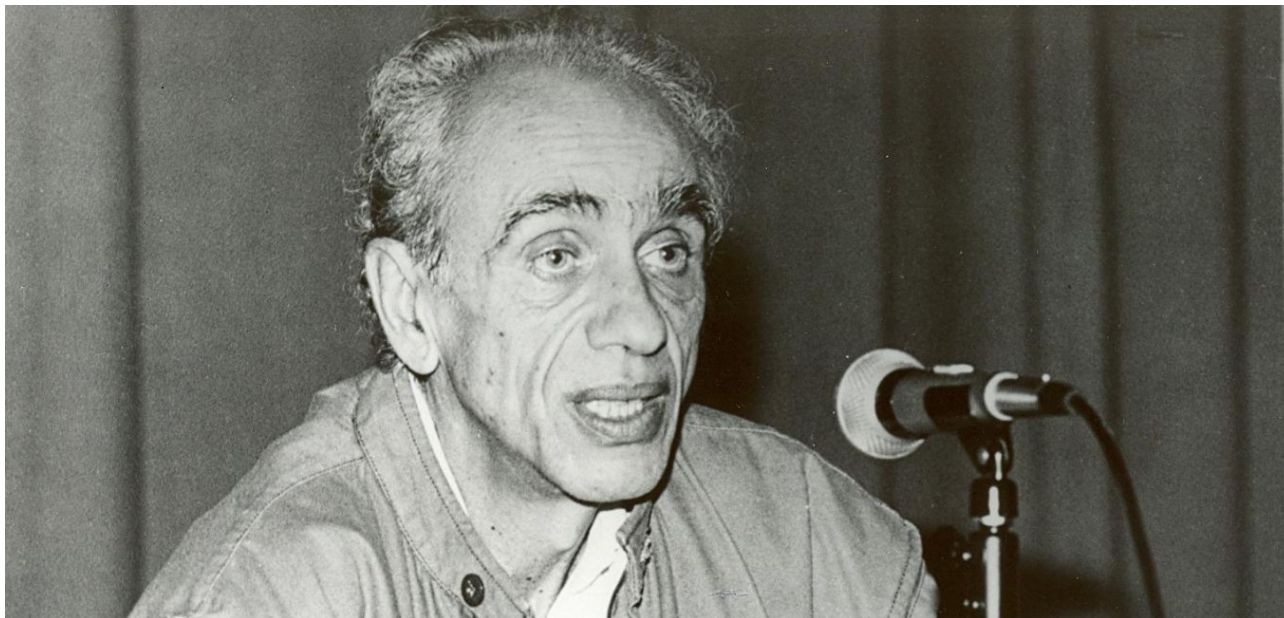
³ Zambrano, C. 2001. *Territórios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural*. Boletim Goiano de Geografia. 21 (1): 9-49. jan.-jul., 2001.

⁴ Organización Mundial de la Salud. "Carta de Ottawa para la promoción de la salud". In: Organización Mundial de la Salud. *Promoción de la salud: una antología*. Washington: OPAS, 1996. p. 367-72.

Direito à Saúde

A Luta fundamental de Betinho

POR NATHÁLIA CAMPOS



Herbert José de Sousa, conhecido como “Betinho”, é um símbolo brasileiro da luta pela democracia, pela cidadania e contra as maiores manifestações da falta de direitos humanos básicos: a extrema pobreza e a fome. O documentário ["Betinho – A esperança equilibrada"](#), escrito e dirigido por Victor Lopes e produzido por Daniel de Souza, traz para a cinematografia diversos movimentos e ações protagonizadas pelo sociólogo, como a Ação pela Cidadania, a fundação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e campanhas contra o HIV/AIDS.

Sua forte figura militante e aspectos de sua fragilidade pessoal são contrastados poeticamente no filme e permeados por uma sistemática ausência do direito à saúde. Logo no início do filme, Betinho descreve sua trajetória de vida como uma sucessão de sortes, sublinhando sua condição de hemofílico e sobrevivente de tuberculose, doenças que dizimaram significativa parcela da população

mundial no século XX. Além dessas condições, em 1986, Betinho foi diagnosticado como soropositivo, após ser contaminado em uma transfusão de sangue feita para tratar sua hemofilia.

Quando seus dois irmãos, também hemofílicos e igualmente infectados pelo HIV, morreram precocemente devido à ausência de tratamento antirretroviral disponível e às complicações ocasionadas pela AIDS, Betinho começou a exercer um papel pioneiro na luta para a garantia do tratamento ao HIV/AIDS, evidenciando os aspectos sociopolíticos da epidemia e trazendo a pauta do acesso à medicação como um direito humano.

A partir da história de Betinho, surge a questão sobre quão justo é pautar a existência humana com base em méritos de sorte. Quantos outros e outras não foram assim “afortunados” e “afortunadas” como ele e sofrem pelo acesso precário ou inexistente a um sistema de saúde de qualidade, da falta

de saneamento, ou de condições precárias de sobrevivência que afetam a saúde humana?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define “saúde” como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”. Portanto, é importante observar que, ao falar de saúde, agregamos diferentes dimensões dos seres humanos, e não apenas do corpo físico ou de processos bioquímicos.

Um dos compromissos globais mais importantes que se pode testemunhar atualmente é a Agenda 2030 com seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Enquanto os Objetivos do Milênio – compromisso internacional predecessor – focava em diminuir as taxas de mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater HIV/AIDS, malária e outras doenças, a nova agenda possui apenas um objetivo que explicitamente se relaciona à saúde: o ODS 3 – “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todas, em todas as idades”. Contudo, outros ODS também asseguram os determinantes sociais da saúde, como os Objetivos sobre fome, igualdade de gênero e água limpa e saneamento.

Ao garantir a saúde como um direito humano, cria-se uma obrigação legal por parte dos Estados. Desta maneira, cuidados primários de saúde em tempo hábil e de qualidade devem ser garantidos pelos governos, bem como para os chamados **determinantes sociais de saúde**, ou seja, outros direitos humanos que se relacionam intimamente com o direito à saúde: acesso à água potável, à comida, às facilidades sanitárias, à moradia de qualidade, à informação, educação em saúde e

em saúde reprodutiva, equidade de gênero, entre outros muitos. Estes fatores afetam direta ou indiretamente o pleno acesso à saúde. Vale ressaltar que todos os direitos humanos são interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados.

Não é estranho o fato de que a vida e morte de Betinho realcem a importância de se discutir o direito à saúde. Tal direito é codificado em uma série de instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil – como no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no preâmbulo da Constituição da OMS e no artigo 12 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) –, além dos instrumentos nacionais, como a própria constituição brasileira (Seção II, Artigos 196 a 200) -, além de outras declarações e pactos focalizados em populações marginalizadas.

Quando discutimos o direito à saúde, não estamos sugerindo que os Estados devem garantir à sua população uma boa saúde, uma vez que

tal condição envolve uma série de variáveis pouco controláveis, como hábitos pessoais, histórico médico, genética, acidentes, etc. Logo, o direito à saúde não significa o direito a ser saudável, mas, sim, ao direito a ter uma vida mais saudável quanto possível, desfrutando o mais alto patamar de saúde física e psíquica.

A luta pela garantia do direito à saúde é parte também da luta contra a miséria, impulsionada pelas ações de Betinho. Para pessoas que vivem em condições de pobreza, o acesso à saúde é crucial para o exercício pleno de outros direitos, como à educação e ao trabalho.

“É importante observar que, ao falar de saúde, agregamos diferentes dimensões dos seres humanos, e não apenas do corpo físico ou de processos bioquímicos”

Todas as evidências do atual cenário de ferrentas para a garantia do direito à saúde evidenciam como Betinho representa uma série de sortes, como descrito por ele próprio, que o permitiram ficar vivo enquanto encarava verdadeiramente o impacto de uma vida sem esse direito plenamente garantido. À época de Betinho, o estoque de sangue para transfusões costumava ser comercializado sem acompanhamento ou regulamentação do Governo. Desta maneira, Betinho, como mostra em um trecho do documentário, reconhecia o Estado brasileiro como “assassino”, por não fiscalizar os bancos de sangue.

Betinho, falecido em 1994 e um dos poucos brasileiros à época que, apesar de todo o preconceito, declarou-se publicamente como soropositivo, ficaria certamente entusiasmado em saber que sua luta ecoou e produziu importantes passos e que atualmente o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), fundado em 1990, é referência no tratamento do HIV/AIDS e pioneiro em políticas públicas de profilaxia pré-exposição ao vírus. De forma gratuita a

criação do SUS tem materializado o direito à saúde para todos e todas no Brasil¹.

Entretanto, apesar dos importantes passos no que concerne ao tratamento e prevenção da síndrome, de acordo com o mais recente [Resumo Informativo](#) do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), 36,7 milhões de pessoas viviam com HIV em 2016 e cerca de 1 milhão de pessoas morreram em todo o mundo por causas relacionadas à AIDS.

Sua existência, revelada através do filme, nos faz compreender quão cruciais são políticas públicas de saúde e como a questão sanitária tornou-se parte de sua militância e reverberou em conquistas posteriores. Prova disso é a sua indicação, em 1994, ao Prêmio Nobel da Paz pelos seus esforços em melhorar condições de moradia e no combate à fome no nosso país e mais recentemente, em 2012, o reconhecimento de sua história pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como parte relevante da memória global. ✨



Nathalia Campos é graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília e cursa MA in Human Rights and Conflict Management na Scuola Superiore Sant'Anna em Pisa, Itália. Foi bolsista em projeto de mobilidade acadêmica em Moçambique com foco em saúde mental, HIV/AIDS e políticas públicas. Interessa-se por temas como educação para a paz, direitos humanos e políticas públicas de saúde. Participou da segunda edição do Programa Embaixadores da Juventude, em Brasília.

¹ Medicamentos antirretrovirais administrados a pessoas não infectadas em vistas de reduzir o risco de aquisição do HIV através de relações sexuais. Para saber mais: <http://prepbrasil.com.br>

